

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

**Demonstrações financeiras em 30
de Junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações de valor adicionado	17
Notas explicativas às informações financeiras	18

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados

Mensagem da Diretoria

O segundo trimestre de 2020 foi um dos mais desafiadores da história de nossa Companhia. A pandemia do Covid-19 impactou profundamente nossas operações, principalmente nas lojas físicas, resultando em uma queda brusca em nossas receitas. O fato de termos uma plataforma digital robusta, com soluções *omnichannel* desenvolvidas nos possibilitou uma adaptação rápida ao novo cenário, compensando parcialmente os efeitos negativos da pandemia sobre as vendas.

Iniciamos o trimestre com todas as nossas 211 lojas fechadas, situação que também impactou diretamente nossas vendas *omnichannel*. Diante desse cenário de extrema incerteza, nossa reação inicial à crise do COVID-19 focou em três frentes: segurança de nossos colaboradores e parceiros, redução de despesas fixas e reforço de liquidez. Pautados nessas diretrizes, readequamos as condições de trabalho dos nossos times de lojas, centros de distribuição e escritório; reduzimos despesas com folha de pagamento, energia e ocupação; e renegociamos prazos de pagamentos, recebimento de produtos e linhas de reforço de capital de giro; entre outros.

Após essas ações iniciais, passamos a adotar iniciativas para retomar nossas operações *omnichannel*, mesmo com nossas lojas fechadas. Através de *shadow stores* (lojas que mesmo fechadas ao público, puderam operar como hub *omnichannel*) retomamos operações de *ship from store* e através de *drive-thrus* nos estacionamento de shoppings, retomamos operações de *click-&-collect*. Com as reaberturas de lojas ao longo do trimestre, pudemos também restabelecer as operações padrão de *omnichannel*, inclusive nosso estoque estendido. O *share* de vendas *omnichannel* mais que dobrou no trimestre, passando de 11,2% das vendas do Varejo no 2T19 para 25,7% no 2T20.

Acompanhando as decisões das autoridades municipais e estaduais, a partir de abril iniciamos a reabertura de nossas lojas físicas seguindo rígidos protocolos de saúde e segurança e, na data desta divulgação, contamos com 100% das lojas reabertas. Devido à pandemia, o SSS das lojas abertas está em um nível inferior em comparação ao do ano anterior, mas mesmo com horários reduzidos de funcionamento, esse índice vem se recuperando. Observamos SSS considerando apenas as lojas abertas de -67,3% em abril, -48,5% em maio e -52,1% em junho, totalizando um SSS de lojas abertas de -51,8% no trimestre. Em julho, esse índice foi de -41%.

Impulsionada pela retomada do *omnichannel*, pelo crescimento do nosso aplicativo, que já atingiu 51% de *share* (+28 p.p. vs 2T19) e pelo crescimento de nosso *marketplace* (+294% vs 2T19), nossa plataforma digital apresentou forte aceleração durante o trimestre. Observamos um crescimento de GMV de 54,0% em abril, 120,5% em maio e 133,8% em junho, totalizando 105% no trimestre. Em julho, o crescimento foi de 128,6%.

A pandemia deixou o mercado como um todo com níveis elevados de estoque. Com isso, foi necessário ajustar nossa margem bruta para competir em um mercado mais descontado e para trazer a nossa posição de estoque para um nível adequado o mais rápido possível, situação que ainda se mantém nesse início de terceiro trimestre.

Ainda no final do 2º trimestre, com o *Follow-on* realizado e as novas dívidas, garantimos uma estrutura de capital adequada para a continuidade de nossa estratégia de crescimento.

O esporte faz parte do dia a dia do Brasil. Sempre tivemos essa convicção, mas a pandemia deixou isso ainda mais claro. Mesmo durante esse segundo trimestre, o auge da pandemia até aqui, as pessoas arranjaram um jeito de manter o esporte em suas vidas. Os hábitos mudaram, as práticas esportivas mudaram, mas a vontade de fazer esporte continuou. Graças à nossa estrutura *omnichannel*, pudemos continuar atendendo essa demanda. Temos muito orgulho do nosso time que, mesmo durante esse momento delicado de suas vidas, trabalhou duro para nos tornar mais eficientes. Temos orgulho do apoio que, mesmo neste período, o time e a Centauro deram para os projetos do Transforma, nossa iniciativa de apoio a ONGs que mudam o mundo através do esporte.

O resultado financeiro deste trimestre não foi bom, e nem poderia considerando a importância das lojas físicas para nosso resultado, inclusive do digital. Ainda assim, neste cenário desafiador, pudemos limitar a perda econômica gerando caixa na operação e na companhia e dobrar a receita de nosso canal digital, que já era relevante. Sabemos dos desafios do curto prazo, mas estamos animados com o futuro. Vamos recuperar, pouco a pouco, a receita das nossas lojas. E vamos trabalhar duro para avançar na construção do ecossistema de esporte no Brasil.

A DIRETORIA

Quadro destaques

DESTAQUES

- Receita Líquida total com diminuição de 40,1% no 1º semestre de 2020
- SSS¹ Consolidado de 17,7% no 1º semestre de 2020
- Redução da Margem EBITDA em 26,5 p.p para -4,4% no 1º semestre de 2020
- EBITDA com decréscimo de 111,9% no 1º semestre de 2020

(1) SSS ou Same Store Sales significa a variação da nossa receita considerando apenas lojas que estavam abertas nos meses dos dois períodos analisados.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S/A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S/A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SBF Comércio de Produtos Esportivos S/A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SBF Comércio de Produtos Esportivos S/A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de ativos fiscais diferidos

Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros. Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento, margem de lucro e cenário macroeconômico, para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizado na determinação e projeção de lucros tributáveis futuros, tais como taxa de crescimento, margem de lucro e cenário macroeconômico, e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas acima descritas, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos. Analisamos as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras.

Processos tributários

Veja a Nota 07 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
1) Contingência fiscais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido ao grau de julgamento, relevância dos valores envolvidos e incertezas relacionadas aos aspectos legais e fiscais das contingências fiscais, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências fiscais e divulgação dos passivos contingentes relacionadas a tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras e consolidadas. Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no período para as provisões de contingências fiscais e aplicamos testes documentais por amostragem. Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências fiscais e contingências fiscais com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências fiscais registradas e divulgadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
2) Impostos a recuperar – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, solicitando a restituição e compensação dos valores pagos no período em que considerou o ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. Em 15 de maio de 2019, duas	Com o auxílio de nossos especialistas de Impostos Indiretos, avaliamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia para a determinação e mensuração dos impostos a recuperar, correspondente aos valores de PIS e COFINS pagos a maior. Confrontamos a amostra selecionada de itens com os valores apurados pela Companhia, com as respectivas declarações de obrigações acessórias.

de suas controladas tiveram o trânsito em julgado de suas ações judiciais. A Companhia efetuou, com base em informações históricas e premissas determinadas na legislação e jurisprudências aplicáveis, a mensuração dos montantes correspondentes aos valores a recuperar referentes aos processos com trânsito em julgado. Devido ao grande volume de transações que originaram o crédito, à relevância dos valores envolvidos, e levantamento de bases históricas para determinação dos valores a recuperar, assim como o impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Recalculamos os valores apurados pela Companhia, com base nos itens selecionados para a amostra e as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos créditos apurados dentro do prazo previsto na legislação e as respectivas divulgações relacionadas ao reconhecimento dos créditos fiscais bem como demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo de impostos a recuperar relacionados a PIS e COFINS a recuperar, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
--	--

Operações de arrendamento mercantil	
Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa nº 16, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases) entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. Essa norma especifica como uma entidade deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar seus contratos de arrendamento, promovendo um único modelo de contabilização, o que exige o reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para todos contratos de arrendamento, exceto aqueles cujos termos contratuais são de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor. Em função do alto grau de incerteza envolvido na determinação dos montantes, incluindo a determinação da taxa de desconto e considerando o elevado volume de transações avaliadas na transição, da aplicação de nova prática contábil, bem como o impacto financeiro de eventuais alterações nas premissas utilizadas pela Companhia, consideramos esse tema um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho dos controles internos implementados pela administração em relação às principais premissas, critérios e precisão matemática, além do reconhecimento contábil dos efeitos das operações de arrendamento mercantil. Avaliamos a política preparada e utilizada pela Companhia para a aplicação do CPC 06 (R2), considerando a utilização dos expedientes práticos aplicados, o enquadramento dos contratos-, firmados pela Companhia no escopo da norma, e o prazo dos arrendamento com base nos termos contratuais. Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, analisamos a razoabilidade das taxas de desconto utilizadas e fizemos, com base em amostragem, o recálculo do passivo de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos pela Companhia. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram adequadas.

	Durante a realização dos procedimentos de auditoria resumidos acima, identificamos melhorias nos sistemas de controles internos e consideramos esta avaliação nos nossos procedimentos de auditoria. Com base nos procedimentos de auditoria resumidos acima e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitável os saldos relacionados à operação de arrendamento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora no período findo em 30 de junho de 2020.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

SBF Comércio de Produtos Esportivos SA
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.289.460	104.929	1.289.497	104.945
Contas a receber	6	1.490.319	1.849.506	1.488.844	1.847.052
Partes relacionadas	10	106.649	80.279	63.856	44.611
Tributos a compensar	7	125.180	284.144	132.506	290.318
Imposto de renda e contribuição social a compensar		17.912	39.799	17.915	39.802
Estoques	8	518.800	668.512	518.800	668.512
Outras contas a receber		24.857	12.988	28.355	17.094
Total do ativo circulante		3.573.177	3.040.157	3.539.773	3.012.334
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras		536	536	536	536
Tributos a compensar	7	431.141	396.536	431.141	396.536
Ativo fiscal diferido	9	192.165	-	218.432	25.034
Depósitos judiciais	11	20.060	21.628	99.991	99.602
Outros valores a receber		-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		643.902	418.700	750.100	521.708
Investimento					
Investimento	12	3.580	2.898	-	-
Imobilizado	13	473.402	452.192	473.402	452.192
Intangível	14	117.191	117.576	117.191	117.576
Direito de uso	15	1.130.127	1.132.892	1.130.127	1.132.892
Total do ativo não circulante		2.368.202	2.124.258	2.470.820	2.224.368
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	16	1.525.789	1.779.155	1.525.918	1.781.799
Empréstimos e financiamentos	17	50.551	27.037	50.551	27.037
Obrigações tributárias	17	17.275	63.743	17.277	63.903
Impostos parcelados	18	48.074	47.958	55.336	55.000
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	107.917	151.028	107.917	151.028
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	10	12.154	5.994	11.854	5.694
Outras contas a pagar		63.768	32.349	63.769	32.439
Arrendamentos a pagar	15	98.582	92.675	98.582	92.675
Total do passivo circulante		1.924.110	2.199.938	1.931.204	2.209.575
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	321.679	7.552	321.679	7.552
Impostos parcelados	18	88.501	104.524	111.644	130.385
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	668.335	-	668.335
Provisões para contencioso	11	143.955	142.735	182.932	181.160
Arrendamentos a pagar	15	1.063.170	1.052.278	1.063.170	1.052.278
Passivo fiscal diferido		-	1.636	-	-
Mutuos a pagar		-	-	-	-
Total do passivo não circulante		1.617.305	1.977.060	1.679.425	2.039.710
Patrimônio líquido					
Capital social	20	1.983.054	452.082	1.983.054	452.082
Reservas de capital		71.050	71.050	71.050	71.050
Reservas de Lucros		345.860	464.285	345.860	464.285
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.399.964	987.417	2.399.964	987.417
Participações de acionistas não controladores	20	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		2.399.964	987.417	2.399.964	987.417
Total do passivo e patrimônio líquido		5.941.379	5.164.415	6.010.593	5.236.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos esportivos SA
Demonstrações de resultados abrangentes
 Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Acionistas controladores	(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Itens que serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(118.425)	408.009	(118.425)	408.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos esportivos SA

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Receitas líquidas de mercadorias e serviços prestados	21	1.086.945	1.813.571	1.086.945	1.813.571
Custo das vendas	22	(849.341)	(1.308.875)	(849.341)	(1.308.875)
Lucro bruto		237.604	504.696	237.604	504.696
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	23	(328.097)	(354.534)	(328.097)	(354.534)
Despesas administrativas e gerais	23	(77.851)	(81.739)	(78.032)	(81.723)
Outras receitas operacionais líquidas		11.207	402.525	11.207	402.525
Resultado com equivalência patrimonial	12	682	(2.426)	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(156.455)	468.522	(157.318)	470.964
Receitas financeiras	24	54.734	200.200	57.189	201.849
Despesas Financeiras	24	(89.553)	(65.304)	(90.741)	(69.395)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas		(34.819)	134.896	(33.552)	132.454
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		(191.274)	603.418	(190.870)	603.418
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	7	(178.004)	-	(178.004)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	7	250.853	(195.409)	250.449	(195.409)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Acionistas controladores		(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Lucro (Prejuízo) líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro (Prejuízo) básico por ação (média ponderada)				(0,15)	0,78
Lucro (Prejuízo) diluído por ação (média ponderada)				(0,15)	0,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos esportivos SA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado
 Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)
	Reservas de Capital		Reservas de Lucro		Prejuízos acumulados	Total		
	Capital social	Ágio	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais				
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	452.082	71.050	-	-	(40.797)	482.335	-	482.335
Lucro líquido do período	-	-	-	-	408.009	408.009	-	408.009
Saldos em 30 de junho de 2019	452.082	71.050	-	-	367.212	890.344	-	890.344
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	452.082	71.050	25.254	439.031	-	987.417	-	987.417
Aumento de Capital	1.530.972	-	-	-	-	1.530.972	-	1.530.972
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(118.425)	(118.425)	-	(118.425)
Constituição de reserva	-	-	-	(118.425)	118.425	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	1.983.054	71.050	25.254	320.606	-	2.399.964	-	2.399.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos esportivos SA
Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	114.115	114.459	114.115	114.459
Juros sobre empréstimos	1.969	24.690	1.969	24.690
Juros sobre contratos de mútuos	-	223	-	223
Juros sobre parcelamentos de tributos	4.140	902	4.140	902
Juros sobre pagamentos em atraso	3.528	112	3.528	112
Juros sobre atraso de impostos	1.275	5.161	1.275	5.161
Resultado de equivalência patrimonial	(682)	2.426	-	-
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	8	1.486	8	1.486
Baixa residual Arrendamentos	(3.782)	-	(3.782)	-
Provisão para obsolescência do estoque	10.686	8.274	10.686	8.274
Ajuste a valor presente, líquido	4.458	1.667	4.458	1.667
Juros de arrendamento mercantil	50.030	21.026	50.030	21.026
Constituição líquida de provisão para contencioso	6.119	9.065	6.670	9.384
Reconhecimento de PIS e COFINS na base do ICMS	-	(577.801)	-	(577.801)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(250.853)	195.409	(250.449)	195.409
	(177.414)	215.108	(175.777)	213.001
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	347.022	(564.922)	346.043	(562.936)
Estoques	139.026	(71.414)	139.026	(71.414)
Tributos a compensar, Diferido, IRPJ e CSLL a compensar	203.298	(50.588)	202.145	(50.720)
Outras contas a receber	(11.870)	7.416	(11.261)	6.133
Depósitos judiciais	1.568	(234)	(389)	(3.904)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(250.132)	149.096	(252.647)	147.600
Obrigações tributárias	130.261	32.979	130.103	32.992
Impostos Parcelados	(20.047)	(6.633)	(22.545)	(9.147)
Contingências pagas	(4.898)	(7.333)	(4.898)	(7.333)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(43.111)	(11.737)	(43.111)	(11.737)
Juros pagos sobre financiamentos	(1.169)	(12.189)	(1.169)	(12.189)
Outras contas a pagar	31.420	1.958	31.330	1.944
Imposto de renda e contribuição social pagos	(178.004)	-	(178.004)	-
Variação nos ativos e passivos:	343.364	(533.601)	334.623	(540.711)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	165.950	(318.493)	158.846	(327.710)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(49.636)	(24.000)	(49.636)	(23.999)
Adições no intangível	(18.765)	(18.898)	(18.765)	(18.898)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(68.401)	(42.898)	(68.401)	(42.897)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	358.906	18.503	358.906	18.503
Empréstimos e financiamentos pagos	(22.065)	(352.843)	(22.065)	(352.843)
Arrendamentos Pagos	(92.286)	(73.578)	(92.286)	(73.578)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(668.335)	668.335	(668.335)	668.335
Partes relacionadas	(20.210)	(39.125)	(13.085)	(29.919)
Aumento de capital	1.530.972	-	1.530.972	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	1.086.982	221.292	1.094.107	230.498
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.184.531	(140.099)	1.184.552	(140.109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.929	241.381	104.945	241.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.289.460	101.282	1.289.497	101.294
	1.184.531	(140.099)	1.184.552	(140.109)
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	945	1.286	945	1.286
Aumento em controladas diretas	-	69	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos esportivos SA
Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas	1.362.838	2.240.170	1.362.838	2.240.170
Receita Bruta de mercadorias, produtos e serviços	1.362.838	2.240.170	1.362.838	2.240.170
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.138.327)	(1.374.925)	(1.138.418)	(1.375.061)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(979.458)	(1.247.042)	(979.458)	(1.247.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(130.762)	(98.439)	(130.853)	(98.575)
Perda de valores ativos	(28.107)	(29.444)	(28.107)	(29.444)
Valor Adicionado Bruto	224.511	865.245	224.420	865.109
Depreciação, Amortização	(114.115)	(114.459)	(114.115)	(114.459)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Companhia	110.396	750.786	110.305	750.650
Valor Recebido em Transferência	67.759	602.846	68.461	607.014
Resultado de equivalência patrimonial	682	(2.426)	-	-
Receitas financeiras	56.388	202.372	57.772	204.114
Outras receitas operacionais	10.689	402.899	10.689	402.900
Valor adicionados Total a Distribuir	178.155	1.353.632	178.766	1.357.664
Distribuição do Valor Adicionado	178.155	1.353.632	178.766	1.357.664
Pessoal	127.560	162.553	127.560	162.554
Remuneração direta	97.024	111.429	97.024	111.430
Benefícios	19.324	38.660	19.324	38.660
FGTS	11.212	12.464	11.212	12.464
Impostos, taxas e contribuições	55.678	663.841	55.101	663.986
Federais	195.898	99.004	194.828	99.096
Estaduais	101.201	397.412	101.201	397.412
Municipais	9.432	8.706	9.521	8.759
Impostos diferidos	(250.853)	158.719	(250.449)	158.719
Remuneração de capitais de terceiros	105.860	109.611	107.047	113.702
Despesas financeiras (Juros, taxas, cambial)	106.416	84.958	107.603	89.049
Aluguéis	(556)	24.653	(556)	24.653
Outras Distribuições	7.482	9.618	7.483	9.413
Viagens e estadia	3.011	4.336	3.011	4.336
Seguros e Indenizações	2.454	2.008	2.455	2.010
Outras despesas	2.017	3.274	2.017	3.067
Remuneração de Capitais Próprios	(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Lucros retidos	(118.425)	408.009	(118.425)	408.009
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-	-

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Controladora”, ou “SBF Comércio”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, compreendem a Companhia controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto “SBF Comércio” ou “Companhia”.

Em 18 de junho de 2020 foi aprovado a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresária limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas, individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Consolidado”) tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional.

Canais de venda:

- Rede física representada por 211 lojas (210 lojas em 2019); e
- E comércio eletrônico através do site *centauro.com.br*;

Centros de distribuição

- Extrema – Minas Gerais
- Jarinu – São Paulo
- João Pessoa – Paraíba
- Duque de Caxias – Rio de Janeiro
- Itajaí – Santa Catarina

1.2 Coronavírus (“Covid-19”)

a) Contexto cenário Covid-19

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em 11 de março de 2020. A imensa maioria dos governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias mundiais e os principais blocos econômicos vêm dando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a recessão da economia que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

Para de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo:

- a) A Companhia instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações das autoridades governamentais onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.
- b) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2019 com forte posição de caixa, a Companhia efetuou novas captações de financiamentos, e antecipações de recebíveis junto a administradoras de cartão de crédito.
- c) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis.
- d) Contenção de despesas com pessoal: No dia 13 de abril, após realizar um *capacity planning* para os próximos meses, a Companhia aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendendo o contrato de outros, conforme os instrumentos previstos pela própria MP.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- a) Risco de continuidade operacional: não obstante a grande incerteza de cenário econômico ainda vigente, a Companhia atualizou seu plano de negócio para os próximos anos, considerando as premissas observáveis até então, como por exemplo: o fechamento temporário de suas lojas físicas e a posterior reabertura gradual de acordo com o mapa de riscos citado acima, bem como a inicial migração de vendas para os canais de comércio eletrônico. Ainda que tenha realizado um teste de estresse de cenário, a Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional. Ressalta-se, no entanto, que se ocorrer alguma mudança significativa nos cenários utilizados, a Companhia deverá rever suas projeções.
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: De acordo com análises internas, houve uma diminuição do fluxo de vendas vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes realizar as compras diretamente nos caixas das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Assim, a Companhia não registrou provisões em 30 de junho de 2020, devido a maior parte dos valores em contas a receber serem formados por administradores de cartão de crédito. Mais detalhes sobre as contas a receber estão divulgados na nota explicativa 6.
- c) Risco de perda por realização dos estoques: As perdas são estimadas com base nos níveis históricos e concretizadas somente na realização dos inventários, que refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações da

estimativa. Analisamos possíveis impactos nas estimativas de perdas em estoque por conta do COVID-19 e não identificamos necessidade de alteração.

- d) Redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”: a Companhia realizou novas análises referente a eventual necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. As referidas análises foram efetuadas considerando as mesmas premissas utilizadas quando da elaboração das Demonstrações Financeiras anuais, no entanto, as projeções utilizadas nos testes de valor recuperável foram revistas considerando o cenário atual devido ao surto da COVID-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos. Como conclusão, não se constatou diferenças significativas nos saldos apurados e registrados nas informações financeiras intermediárias de 30 de Junho de 2020.
- e) Tributos diferidos: Atualizamos as projeções das análises efetuadas em 31 de dezembro de 2019, sobre a recuperabilidade do IR e CS diferidos da controladora e suas controladas, considerando os efeitos do COVID-19 em 2020, e não identificamos a necessidade de provisão ou baixa do saldo registrado contabilmente, mais detalhes sobre os tributos diferidos estão na nota explicativa nº 9.
- f) A Companhia analisou suas receitas de lojas físicas e receitas de multicanalidade atreladas às lojas físicas, que estão relacionadas principalmente a venda de produtos em lojas de shopping centers em todo o Brasil, e constatou uma redução nas vendas até Julho de 2020, devido ao fechamento dos shoppings, para o canal de lojas físicas em aproximadamente 45,96% comparado ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, houve uma expressiva aceleração no e-commerce tradicional que resultou em um aumento nas vendas de 36,41% neste mesmo período mencionado, além do crescente desempenho de vendas pelo marketplace.

2 Empresas do grupo

	Participação societária		Atividade
	Direta		
	2020	2019	
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	99,99%	99,99%	Comércio Esportivo

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de Outubro de 2020

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 16** – Operações de arrendamentos

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas e relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota 12** - Reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 14**- Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 26** - Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A Companhia controla uma empresa quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. O ajuste a valor presente foi reconhecido nas transações de contas a receber (nota explicativa 6) e fornecedores (nota explicativa 16), tendo como contrapartida a receita líquida e estoques, respectivamente. O desconto a valor presente foi reconhecido como receita financeira e despesa financeira, respectivamente (nota explicativa 24).

d. Lucro por cotas

O cálculo do lucro básico por cotas foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de cotas e na média ponderada de cotas em circulação.

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Controladora, os prejuízos diluídos por cotas são iguais aos prejuízos básicos por cotas devido ao efeito antidilutivo das opções de cotas em circulação.

e. Subvenção Governamental

A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos Estado de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos Estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses Estados.

f. Receitas e despesas com fretes

As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de *e-commerce* são reconhecidas como receitas na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo dos produtos vendidos.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, AVP - ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de

crédito), AVP - ajuste a valor presente sobre fornecedores, juros sobre impostos parcelados e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

i. Impostos de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As empresas da Companhia são tributadas com base no lucro real conforme legislação vigente.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensandos somente se alguns critérios forem atendidos

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída através do histórico de perdas reais a nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as empresas incluídas nas demonstrações consolidadas. Se o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

l. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Representa os valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Os softwares referem-se aos gastos com licenças do sistema de gestão empresarial.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

m. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

n. Receitas de vendas de mercadorias ou serviços

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o

momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

- **Venda de mercadorias:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias através do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa 21.

o. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia. Consequentemente, a administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional pois as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil.

p. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

q. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada e inclui títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço e outros títulos de dívida e saldos bancários. As provisões para perdas com contas a receber de clientes foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da Companhia ser considerada líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que

gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

s. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade

do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

t. ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia reconhece e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados

5 Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixas	2.488	9.008	2.488	9.008
Bancos	982	11.953	1.019	11.969
Aplicações financeiras	1.285.990	83.968	1.285.990	83.968
	1.289.460	104.929	1.289.497	104.945

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixas e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 99% a 108% (60% a 100% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Administradora de cartão de crédito	(a)	181.760	585.048	181.760	585.048
Duplicatas a receber		5.546	4.597	5.546	4.597
Subtotal		187.306	589.645	187.306	589.645
Duplicatas a receber - Intercompany	(nota 7)	1.305.799	1.266.474	1.304.324	1.264.020
Ajuste a valor presente		(2.786)	(6.613)	(2.786)	(6.613)
		1.490.319	1.849.506	1.488.844	1.847.052

- (a) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui operações de vendas de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações, em 30 de junho de 2020 compõem o saldo de R\$ 500.729 (R\$ 10.905 em 2019) e foram efetuadas para suprir as necessidades de caixa da Companhia.

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 21 no montante de R\$ 4.421 em 30 de junho de 2020 (R\$ 5.833 em 30 de junho de 2019).

A Companhia não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que essa carteira de recebíveis é líquida e certa, pois os riscos são assumidos pelas administradoras de cartão de crédito. Historicamente, a Companhia não apresenta perdas na realização do contas a receber. O saldo apresentado esta líquido das operações de venda de recebível (desconto).

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	30/06/2020	31/12/2019
Vencidos acima de 120 dias	380	202
Vencidos acima de 90 dias	16	137
Vencidos até 90 dias	88	86
Vencidos até 60 dias	11	19
Vencidos até 30 dias	364	700
A vencer até 30 dias	60.657	215.797
A vencer de 31 a 60 dias	40.046	122.885
A vencer de 61 a 90 dias	27.182	91.154
A vencer de 91 a 120 dias	17.026	50.463
A vencer acima de 121 dias	41.536	108.202
TOTAL	187.306	589.645

7 Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ICMS (a)	47.179	78.587	47.179	78.587
PIS (b)	69.842	41.126	70.231	41.363
COFINS (b)	3.846	162.321	5.871	163.410
IRRF	974	925	974	925
INSS	3.337	1.176	8.249	6.024
IOF	2	9	2	9
Ativo circulante	125.180	284.144	132.506	290.318
ICMS	47.781	13.982	47.781	13.981
PIS (b)	14.491	80.742	14.491	80.742
COFINS (b)	450.105	399.028	450.105	399.029
(-) Redução crédito PIS e COFINS	(81.236)	(97.216)	(81.236)	(97.216)
Ativo não circulante	431.141	396.536	431.141	396.536
Total a compensar	556.321	680.680	563.647	686.854

- (b) Os créditos de ICMS foram gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, oriundos de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 2020, a Companhia reavaliou a projeção de recuperabilidade dos impostos, com base em sua estimativa de compras e vendas de mercadoria, sendo necessário reclassificar parte dos saldos que estavam registrados como circulante, para o não circulante.
- (c) **ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.** - A Companhia e suas controladas ingressaram em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão. Com base neste entendimento, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar como êxito provável. Para definição o STF – Supremo Tribunal Federal precisa decidir sobre a modulação dos efeitos da decisão. Não obstante esta necessidade, a Companhia e seus advogados externos, com base em todas as decisões de modulação proferidas pelo STF -

Supremo Tribunal Federal até o presente momento, entendem que não haverá limitação ao direito de restituição de forma retroativa.

No segundo trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento do trânsito em julgado de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, possibilitando o reconhecimento de R\$ 675.017, para o período de 2004 a 2019, nas linhas de outras receitas e receita financeira. e, nas mesmas linhas, a Companhia registrou uma provisão no valor de R\$ 81.236, reduzindo o valor do crédito, totalizando desta forma um saldo líquido de R\$ 593.781, por estar aguardando a uniformização jurisprudencial.

Em 30 de junho de 2020 o saldo dos créditos a serem utilizados é de R\$ 431.231, e a previsão de utilização dos créditos, devido ao efeito da pandemia COVID-19, foi reavaliada, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias, e consequentemente, a estimativa do prazo de utilização desses créditos.

. Desta forma, parte do saldo registrado como circulante, foi reclassificado para o não circulante, no primeiro trimestre de 2020.

	Utilização
Até 12 meses	69.007
De 12 a 24 meses	71.077
De 24 a 36 meses	142.154
De 24 a 36 meses	148.993
Total	431.231

Em 2020 a Companhia registrou a baixa da diferença temporária de IRPJ e CSLL sobre o crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e reconheceu a obrigação tributária a recolher, em virtude da habilitação do crédito.

8 Estoques – controladora e consolidado

	30/06/2020	31/12/2019
Mercadoria de revenda (lojas)	373.038	544.246
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	131.834	114.334
Importação em andamento	9.503	5.704
Almoxarifado	4.425	4.228
	518.800	668.512

Movimentação de provisão para perdas correspondente a seis meses:

	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Saldo inicial	(11.604)	(10.882)
Adição	(10.686)	(8.274)
Perdas efetivas nos estoques	16.358	17.933
Saldo Final	(5.932)	(1.223)

A provisão para perdas dos estoques tem como base, a rotatividade dos produtos e esta registradas nos montantes de R\$ 5.932 em 30 de Junho de 2020 (R\$ 1.223 em 30 de junho de 2019), esta classificada como redutora de mercadoria para revenda.

9 Ativo fiscal diferido - consolidado

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal	108.507	101.130	-	-	108.507	101.130
Provisões gerais e contingências	43.824	46.853	-	-	43.824	46.853
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.286	3.461	-	-	1.286	3.461
Provisão para estoques	2.017	3.945	-	-	2.017	3.945
Provisão de bônus	1.712	10.936	-	-	1.712	10.936
Depreciação(*)	52.463	72.156	(22.166)	(54.888)	30.297	17.268
Ágio	71.050	71.050	(40.261)	(33.157)	30.789	37.893
Créditos tributários (PIS/COFINS)	-	-	-	(196.452)	-	(196.452)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	280.859	309.531	(62.427)	(284.497)	218.432	25.034
Montante passível de compensação	(62.427)	(284.497)	62.427	284.497	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	218.432	25.034	-	-	218.432	25.034

A Companhia preparou um estudo técnico, com base em projeção de resultados futuros, para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos exercícios.

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros para utilização do ativo fiscal diferido

As principais premissas são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem EBITDA anual, conforme abaixo:

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos com previsão de eventos como Copa do mundo, entre outros, resultando em um crescimento médio de 13,4% a.a.

Ganho de margem EBITDA

Foi considerado um aumento de margem EBITDA baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho de 0,13%p.p. a.a..

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro é suficiente para o uso total do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 218.431, a Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 1,16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não impacto significativo, quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborados.

A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

Ano	30/06/2020
2021	15.164
2022	27.454
2023	32.122

2024	39.074
2025	46.661
2026	57.801
2027	158
	218.432

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Não houve ativos fiscais diferidos que não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Movimento das diferenças temporárias

	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 30/06/2020
Prejuízo fiscal	101.130	57.324	3.553	(53.500)	108.507
Provisões gerais e contingências	46.853	(3.029)	-	-	43.824
Provisões efeito ajuste a valor presente	3.461	(2.175)	-	-	1.286
Provisão para estoques	3.945	(1.928)	-	-	2.017
Provisão de bônus	10.936	(9.224)	-	-	1.712
Depreciação	17.268	13.029	-	-	30.297
Ágio	37.893	-	(7.104)	-	30.789
Créditos tributários (PIS/COFINS)	(196.452)	196.452	-	-	-
Imposto líquido ativo (passivo)	25.034	250.449	(3.551)	(53.500)	218.432
Montante passível de compensação					

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(191.274)	603.418	(190.870)	603.418
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	65.033	(205.162)	64.896	(205.162)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(3.599)	(2.374)	(3.665)	(2.564)
Exclusões permanentes:				
Exclusões – incentivo fiscal	6.771	13.038	6.771	13.038
Outras exclusões	3.874	-	3.905	87
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	232	(825)	-	-
Prejuízo sem constituição de impostos diferidos	-	-	-	-
Outros	538	(87)	538	(808)
Imposto de renda e contribuição social	<u>72.850</u>	<u>(195.410)</u>	<u>72.445</u>	<u>(195.409)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	(178.004)	(36.690)	(178.004)	(36.690)
Diferido	250.853	(158.719)	250.449	(158.719)

Alíquota efetiva	-38,09%	-32,38%	-37,96%	32,38%
------------------	---------	---------	---------	--------

* A variação incorrida, refere-se a incidência do imposto, após a habilitação do crédito gerado na exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS.

10 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e empréstimos por mútuo com empresas relacionadas com operações complementares, em transações semelhantes em condições usuais de mercado, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Controladora e Consolidado

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente com empresa controlada e controladora, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Contas a receber				
Grupo SBF SA	63.836	44.591	63.836	44.591
VBLOG Logística e Transportes	20	20	20	20
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	42.793	35.668	-	-
	106.649	80.279	63.856	44.611
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo circulante - Contas a pagar				
Grupo SBF SA	11.834	5.674	11.834	5.674
VBLOG Logística e Transportes	20	20	20	20
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	300	300	-	-
	12.154	5.994	11.854	5.694
Adiantamento para futuro aumento de capital de controladora (*)	-	668.335		

(*) Em abril de 2019, a Controladora Grupo SBF SA recebeu os valores correspondente ao lançamento das ações de mercado de capitais, dos valores recebidos, a Administração transferiu o montante R\$ 668.335 para a empresa operacional SBF Comércio visando a aplicação do investimento, como AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Transações comerciais

A SBF comércio realiza operações com as Companhias pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo:

Operações compra e venda de mercadorias e fretes - As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e também efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Existe um contrato assinado entre a SBF e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e o preço praticado é definido pelo valor de mercado com base na tabela de frete para os segmentos determinados.

Aluguéis - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora e Vblog Logística. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas e em critérios consistentes ao longo dos períodos.

Os valores de contas a receber da nota nº 3 e fornecedores da nota nº 13 das operações descritas acima são discriminados no quadro a seguir:

Contas a receber	30/06/2020	31/12/2019
Vblog Logística e transportes Ltda.	79.386	62.122
Premier Distr. De Vest. Equiptos E Acess. Ltda	1.224.934	1.201.897
Store Engenharia e Instalações Ltda.	3	1
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	1.476	2.454
	1.305.799	1.266.474
Fornecedores		
Vblog Logística e transportes Ltda.	66.633	55.492
Premier Distr. De Vest. Equiptos E Acess. Ltda	1.091.286	1.073.225
Grupo SBF SA	3.078	-
	1.160.997	1.128.717

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R\$ 6.663 (R\$ 7.147 em 2019).

Transações eliminadas na consolidação

Ativo circulante - Contas a receber	30/06/2020	31/12/2019
SBF comércio de produtos esportivos S.A.	44.269	38.122
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	300	300
	44.569	38.422
Passivo circulante - Contas a pagar	30/06/2020	31/12/2019
SBF comércio de produtos esportivos S.A.	300	300
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	44.269	38.122
	44.569	38.422

Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	30/06/2020		30/06/2019	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	2.712	2.827	3.735	2.915
Participação nos lucros	-	5.908	-	5.532
	2.712	8.735	3.735	8.447

11 Depósitos judiciais e provisões para contencioso

Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	7.813	7.546	63.279	62.357
Depósitos judiciais - Rendimentos	4.995	4.939	29.461	28.102
Bloqueio Judicial - Trabalhista	7.252	9.143	7.251	9.143
Total	20.060	21.628	99.991	99.602

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado durante o período findo em 30 de junho de 2020 (seis meses) estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 30/06/2020
Depósitos judiciais	62.357	1.404	(4)	(478)	63.279
Depósitos judiciais - Rendimentos	28.102	1.600	(228)	(13)	29.461
Bloqueio Judicial - Trabalhista	9.143	606	(2.324)	(174)	7.251
Total	99.602	3.610	(2.556)	(665)	99.991

As movimentações do saldo de depósitos judiciais consolidado durante o período findo em 30 de junho de 2019 (seis meses) estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Reversões	Saldo final em 30/06/2019
Depósitos judiciais	65.300	2.081	-	(1)	67.380
Depósitos judiciais - Rendimentos	24.431	2.146	-	-	26.577
Bloqueio Judicial - Trabalhista	2.541	5.853	(1.580)	(4.595)	2.219
Total	92.272	10.080	(1.580)	(4.596)	96.176

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados

pela parte contrária que demandaram as ações e as reversões representam os processos onde houve ganho de causa para a Companhia.

Provisões para contencioso

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Cível / Consumidor (a)	3.135	2.601	3.135	2.601
Trabalhistas (b)	33.454	33.962	33.454	33.962
Tributário (c)	107.366	106.172	146.343	144.597
Total	143.955	142.735	182.932	181.160

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o período findo em 30 de junho de 2020 (seis meses) estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 30/06/2020
Cível / Consumidor (a)	2.601	987	(453)	-	3.135
Trabalhistas (b)	33.962	4.932	(4.445)	(995)	33.454
Tributário (c)	144.597	1.853	-	(107)	146.343
Total	181.160	7.772	(4.898)	(1.102)	182.932

As movimentações das provisões para contencioso para o período findo em 30 de junho de 2019 (seis meses) estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final em 30/06/2019
Cível / Consumidor (a)	2.679	1.060	(958)	-	2.781
Trabalhistas (b)	44.233	8.316	(6.118)	(1.783)	44.648
Tributário (c)	141.562	1.791	(257)	-	143.096
Total	188.474	11.167	(7.333)	(1.783)	190.525

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

a. *Processos de natureza cível / consumidor*

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui R\$ 3.135 (R\$ 2.601 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 2.781 em 30 de junho de 2019) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 39.023 (R\$ 31.694 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 33.263 em 30 de junho de 2019) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

b. *Processos de natureza trabalhista*

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em Junho de 2020, a Companhia possui R\$ 33.454 (R\$ 33.962 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 44.468 em 30 de junho de 2019) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 75.545 (R\$ 71.244 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 111.686 em 30 de junho de 2019) baseado em precedentes e/ou jurisprudências.

c. *Processos de natureza tributária*

Processos com risco de perda provável

Em junho de 2020, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R\$ 146.343 (R\$ 144.597 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 143.096 em 30 de junho de 2019).

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o transito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial. Sobre estes casos, no último trimestre, houve reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que no período anterior eram classificadas com probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 132.909 de principal além de multa e juros incorridos, com base em novas tendências judiciárias e entendimento dos assessores externos passaram a ser classificadas como perda provável.

Também há discussão perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre eventuais saídas de mercadorias desacompanhadas de notas fiscais, ocasionada por suposto lapso operacional no momento da cisão em 2005. Há outras discussões acerca da classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Processos com risco de perda possível

Processos federais

Os processos federais em que as empresas do Grupo figuram no polo passivo e ativo (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$ 264.869 (R\$ 260.379 em dezembro de 2019), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	30/06/2020	31/12/2019
FGTS (a)	86.638	84.832
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	48.937	48.228
IRPJ e CSLL (c)	93.803	92.304
IPI (d)	25.941	25.596
IOF (e)	7.213	7.105
INSS (f)	595	589
Outros (g)	1.742	1.725
Total	264.869	260.379

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 86.638 (R\$ 84.832 em 2019).
- (b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existem discussões no montante de R\$ 48.937 (R\$ 48.228 em 2019) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-

calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB.

- (c) **IRPJ e CSLL** - A Companhia discute o montante de R\$ 27.909 (R\$ 27.583 em 2019), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R\$ 65.761 (R\$ 64.590 em 2019), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos, as demais discussões perfazem o montante de R\$ 133 (R\$ 131 em 2019).
- (d) **IPI** – Existe discussão no montante de R\$ 167 (R\$ 165 em 2019) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em outra discussão relacionada ao IPI sobre produtos importados, baseando-se no princípio da isonomia tributária e em jurisprudências favoráveis, a SBF Comércio não se considera equiparada a indústria, se abstendo assim do recolhimento do IPI na venda de produtos importados que já foi recolhido no desembarço aduaneiro das mercadorias compradas. Existe uma autuação federal em relação ao tema que discute o valor de R\$ 25.774 (R\$ 25.431 em 2019), a qual está avaliada pelos advogados externos como possível.

A Companhia com base na opinião dos seus assessores jurídicos classificou o risco de perda para os períodos posteriores ao auto de infração acima mencionado, como possível. O valor aproximado é demonstrado da seguinte forma:

Calculo sobre risco IPI importação						
Data	Principal	Juros	Multa (20%)	Multa (75%)	Risco Mínimo	Risco Máximo
2015 a 2020	35.633	7.653	7.127	26.725	50.413	70.011

- (e) **IOF** – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras no montante de R\$ 7.213 (R\$ 7.105 em 2019), do período de 2014 e 2015.
- (f) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R\$ 595 (R\$ 589 em 2019).
- (g) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 1.742 (R\$ 1.724 em 2019).

Processos Estaduais

A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados acima mencionados, em junho de 2020, a Companhia possui 82% da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos

seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 186.661 (R\$ 180.539 em 2019), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelo Fisco.

Processos Municipais

A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em junho de 2020, o montante de R\$ 529 (R\$ 932 em Dez/2019), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os exercícios de 2014 a 2016.

12 Investimentos

	30/06/2020	31/12/2019
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	3.580	2.898
Total	3.580	2.898

A movimentação dos investimentos no período é apresentada a seguir:

Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2018	8.738
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(2.426)
Saldo de Investimento em 30 de junho de 2019	6.312
Saldo de Investimento em 31 de dezembro de 2019	2.898
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	682
Saldo de Investimento em 30 de junho de 2020	3.580

A movimentação dos investimentos estão apresentadas a seguir:

<u>Investimento</u>	Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.
Ativo	117.362
Passivo	113.782
Patrimônio líquido	3.580
Participação	99,9999%
Investimento	3.580

Lucro (Prejuízo)	682
Participação	99,9999%
Equivalência patrimonial	682

13 Ativo Imobilizado – controladora e consolidado

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	20	109.217	(82.603)	26.614	33.053
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	59.923	(40.079)	19.844	21.689
Móveis e utensílios	10	153.590	(81.996)	71.594	73.193
Veículos	20	135	(106)	29	43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	534.412	(217.806)	316.606	324.214
Benfeitorias em imóveis de terceiros em andamento	(a)	38.715	-	38.715	-
Redução ao valor recuperável		-	-	-	-
		895.992	(422.590)	473.402	452.192

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final em 30/06/2020
Computadores e periféricos	107.931	489	(9)	806	109.217
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.521	299	-	103	59.923
Móveis e utensílios	149.097	357	(8)	4.144	153.590
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	528.744	220	-	5.448	534.412
Benfeitorias em imóveis de terceiros em andamento (a)	-	49.216	-	(10.501)	38.715
Custo do imobilizado	845.428	50.581	(17)	-	895.992
Computadores e periféricos	(74.878)	(7.734)	9	-	(82.603)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(37.832)	(2.247)	-	-	(40.079)
Móveis e utensílios	(75.904)	(6.092)	-	-	(81.996)
Veículos	(92)	(14)	-	-	(106)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(204.530)	(13.276)	-	-	(217.806)
Depreciação	(393.236)	(29.363)	9	-	(422.590)
Total do imobilizado líquido	452.192	21.218	(8)	-	473.402

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 30/06/2019
Computadores e periféricos	109.842	695	(13.642)	(694)	96.201
Máquinas, equipamentos e ferramentas	53.158	328	(278)	21	53.229
Móveis e utensílios	124.588	2.291	(1.719)	(665)	124.495
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	516.590	2.575	(141)	1.338	520.362
Construções em andamento (a)	-	19.154	(1.079)	-	18.075
Custo do imobilizado	804.313	25.043	(16.859)	-	812.497
Computadores e periféricos	(74.470)	(7.198)	13.632	37	(67.999)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(35.672)	(1.979)	275	(1)	(37.377)
Móveis e utensílios	(69.887)	(4.977)	1.365	25	(73.474)

Veículos	(65)	(14)	-	-	(79)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(176.785)	(16.218)	101	(61)	(192.963)
Depreciação	(356.879)	(30.386)	15.373	-	(371.892)
Impairment	-	-	-	-	-
Total do imobilizado líquido	447.434	(5.343)	(1.486)	-	440.605

- (a) O saldo de construções em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

Avaliação de impairment

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 1 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 30 de junho de 2020, não existiam indícios de perda na recuperação dos seus ativos e portanto não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

14 Intangível – controladora e consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	30/06/2020	31/12/2019
Fundo de comércio	Conforme contrato	14.451	(11.281)	3.170	3.496
Software	20	199.187	(103.861)	95.326	114.078
Marcas direito e patente	10	43	(42)	1	2
Software em andamento	-	18.694	-	18.694	-
		232.375	(115.184)	117.191	117.576

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 30/06/2020
Fundo de comércio	14.451	-	-	-	14.451
Software	199.116	27	-	44	199.187
Marcas direito e patente	43	-	-	-	43
Software em andamento	-	18.738	-	(44)	18.694
Custo do intangível	213.610	18.765	-	-	232.375
Fundo de comércio	(10.955)	(326)	-	-	(11.281)
Software	(85.038)	(18.823)	-	-	(103.861)
Marcas direito e patente	(41)	(1)	-	-	(42)
Amortização	(96.034)	(19.150)	-	-	(115.184)
Total do intangível líquido	117.576	(385)	-	-	117.191

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo final em 30/06/2019
Fundo de comércio	13.303	2.000	-	15.303
Software	156.601	19	(20)	156.600
Marcas direito e patente	46	-	(4)	42
Software em andamento	-	16.879	-	16.879
Custo do intangível	169.950	18.898	(24)	188.824
Fundo de comércio	(11.352)	(155)	-	(11.507)
Software	(54.007)	(15.467)	20	(69.454)
Marcas direito e patente	(37)	(4)	4	(37)
Amortização	(65.396)	(15.626)	24	(80.998)
Total do intangível líquido	104.554	3.272	-	107.826

Conciliação de fluxo de caixa

	30/06/2020	30/06/2019
Depreciação de imobilizado	29.363	30.386
Amortização de intangível	19.150	15.626
Depreciação de arrendamento mercantil	65.602	68.447
Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa	114.115	114.459
Despesa com depreciação - despesas com vendas (nota 20)	82.945	84.078
Despesa com depreciação - despesas gerais e administrativas (nota 20)	26.648	21.580
Total	109.593	105.658

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados e intangíveis (notas 13, 14 e 15) em relação as despesas com depreciação apresentadas na nota explicativa 24 nos montantes de R\$ 4.522 em 2020 (R\$ 8.801 em 2019) refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha de despesas com impostos na demonstração do resultado do período.

15 Operações de arrendamento mercantil – controladora e consolidado

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 10 a 25 anos e opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou por não avaliar seus ativos com os benefícios concedidos em contrato de arrendamento relacionados à COVID-19, aplicando assim a norma CPC 06 R2, alterado pela Deliberação da CMV nº 859/20, como se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Em 30 de julho de 2020 estes benefícios resultaram em um montante de R\$ 24.576 reconhecido no resultado da Companhia

Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado	
	Arrendamento	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	1.132.892	1.132.892
(+/-) Novos contratos e Remensuração	74.543	74.543
(-) Depreciação	(65.602)	(65.602)
(-) Baixas de contratos	(11.706)	(11.706)
Total	1.130.127	1.130.127

A movimentação do ativo de direito de uso no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Consolidado	
	Arrendamento	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	923.424
(+/-) Novos contratos e Remensuração	141.627	141.627
(-) Depreciação	(68.447)	(68.447)
Total	996.604	996.604

Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2020 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado	
	Arrendamento	Total
Saldo inicial em 01/01/2020	1.144.953	1.144.953
(+/-) Novos contratos e Remensuração	74.543	74.543
Apropriação Juros incorridos	50.030	50.030
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(92.286)	(92.286)
(-) Baixas de contratos	(15.488)	(15.488)
Total	1.161.752	1.161.752
Circulante	98.582	98.582
Não circulante	1.063.170	1.063.170

A movimentação do passivo de arrendamento no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (seis meses), está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Consolidado	
	Arrendamento	Total
(+) Adoção inicial em 01/01/2019	923.424	923.424
(+/-) Novos contratos e Remensuração	141.627	141.627
Apropriação Juros incorridos	21.026	21.026
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(73.578)	(73.578)
Total em 30/06/2019	1.012.499	1.012.499
Circulante	115.040	115.040

Não circulante

897.459

897.459

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Consolidado	
	Arrendamento	Total
Até 1 ano	98.582	98.582
Entre 1 e 5 anos	473.473	473.473
Mais de 5 anos	589.697	589.697
Grupo como arrendatário	1.161.752	1.161.752

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 22.039 (R\$ 22.355 no mesmo período de 2019) referente as despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis. Vide nota 20.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias para revenda	306.304	570.468	306.304	570.468
Fornecedores de materiais de consumo	60.366	83.214	60.495	85.858
Subtotal	366.670	653.682	366.799	656.326
Fornecedores de mercadorias - Intercompany	1.160.997	1.128.717	1.160.997	1.128.717
Ajuste a valor presente	(1.878)	(3.244)	(1.878)	(3.244)
	1.525.789	1.779.155	1.525.918	1.781.799

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços. Próximo ao final do exercício fiscal, a Companhia abastece seu estoque para as demandas de final e início de ano, por isso há uma concentração maior de fornecedores a pagar em 31 de dezembro de 2020.

A partir de 2019 a Companhia ofereceu um programa de antecipação de créditos para seus fornecedores junto as instituições financeiras, cujo principal objetivo deste programa é facilitar o processamento de pagamentos e permitir aos fornecedores dispostos a venda de seus recebíveis junto as instituições financeiras um banco antes da data de vencimento, sem direito de regresso. Essas operações de antecipações com fornecedores não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com os fornecedores. Em 30 de junho de 2020 havia o montante de R\$ 137.429 (em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 61.980). Em 30 de junho de 2020, as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 0,47% e 1,70% (2019 – 0,69% e 1,91%), com média ponderada de 0,81% (2019 – 0,83%) ao mês.

17 Empréstimos e financiamentos – controladora e consolidado

Empréstimos	30/06/2020	31/12/2019
Capital de giro	365.541	32.697
Financiamento de bens	6.689	1.892
Total	372.230	34.589
Circulante	50.551	27.037
Não Circulante	321.679	7.552

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 2020 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2020	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	30/06/2020
Capital de Giro	32.697	352.788	(20.737)	(903)	1.696	365.541
Financiamento de bens	1.892	6.118	(1.328)	(266)	273	6.689
Total	34.589	358.906	(22.065)	(1.169)	1.969	372.230

As conciliações das movimentações patrimonial dos passivos financeiros de 2019 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2019	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	30/06/2019
Capital de Giro	352.750	17.519	(350.055)	(11.512)	24.003	32.705
Financiamento de bens	5.778	984	(2.788)	(677)	687	3.984
Total	358.528	18.503	(352.843)	(12.189)	24.690	36.689

Com a entrada dos recursos advindos da emissão de ações, a Administração liquidou grande parte dos empréstimos que estavam em aberto.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía 86,42% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 3,43% a.a em 2020 (21,83% em 31 de dezembro de 2019).

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	% a.a	2020			2019		
			Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante	Valor Original	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil não Circulante
Capital de Giro (a)	R\$	100% a 174% do CDI	11.686	47.709	317.832	31.686	25.402	7.295
Financiamento de Bens (b)	R\$	100% CDI a 13,1% a.a	8.410	2.842	3.847	4.967	1.635	257
Total de empréstimos e Financiamentos			20.096	50.551	321.679	36.653	27.037	7.552

- (a) As garantias dos empréstimos incluem aval, recebíveis de cartão de crédito e recebíveis da VBLLog.
- (b) São garantidos por alienação fiduciária dos bens.

A Companhia não apresenta cláusulas restritivas nos contratos existentes na data-base.

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	47.709	163.103	76.694	78.035	365.541
Financiamento de Bens	2.842	2.099	1.748	-	6.689
	50.551	165.202	78.442	78.035	372.230

O quadro acima demonstra os empréstimos e financiamentos de acordo com os vencimentos originais.

18 Impostos parcelados controladora e consolidado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Parcelamentos de tributos Estaduais	79.261	91.820	80.380	93.260
Parcelamentos de tributos Federais	57.296	60.635	86.582	92.098
Parcelamentos de tributos Municipais	18	27	18	27
Total impostos parcelados	136.575	152.482	166.980	185.385
Passivo circulante	48.074	47.958	55.336	55.000
Passivo não circulante	88.501	104.524	111.644	130.385

As movimentações dos impostos parcelados para o período findo em 30 de junho de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2019	196.162
Adesão dos impostos Estaduais	20.533
Adesão dos impostos Federais	-
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	902
Parcelas pagas	(29.679)
Saldo em 30/06/2019	187.918
Saldo em 01/01/2020	185.385
Adesão dos impostos Estaduais	4.729
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	4.140
Parcelas pagas	(27.274)
Saldo em 30/06/2020	166.980

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não Circulante	Total Geral	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
RJ	12.150	23.144	35.294	4.814	9.549	8.321	460	-
MG	5.421	8.287	13.708	3.008	4.950	329	-	-
DF/GO	8.484	9.251	17.735	2.753	4.026	2.278	194	-
SP	1.834	3.698	5.532	1.057	1.010	854	777	-
Outros	4.674	3.437	8.111	903	1.474	781	223	56
Total Estaduais	32.563	47.817	80.380	12.535	21.009	12.563	1.654	56
Parcelamentos ordinários	15.803	41.004	56.807	6.955	13.910	12.895	7.244	-

Refis lei 11.941	6.686	20.616	27.302	2.844	2.844	2.844	2.844	9.240
Outros	266	2.207	2.473	219	244	244	244	1.256
Total Federais	22.755	63.827	86.582	10.018	16.998	15.983	10.332	10.496
Campinas	18	-	18	-	-	-	-	-
Total Municipais	18	-	18	-	-	-	-	-
Total Parcelamentos	55.336	111.644	166.980	22.553	38.007	28.546	11.986	10.552

Parcelamentos estaduais - A companhia aderiu a parcelamentos junto a alguns estados e para a regularização de ICMS, por vezes adirindo a benefícios dados pelo governo estadual para a redução de multa de juros, a maior parte destes parcelamentos estão concentrados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, no montante de R\$ 80.380 (R\$ 93.260 em dezembro de 2019).

Parcelamentos federais

Parcelamentos ordinários - No terceiro trimestre do exercício de 2018, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário previdenciário referente aos débitos das competências 03/2018 até 07/2018, sendo o saldo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 10.073 (R\$ 10.655 em dezembro de 2019). Em agosto de 2019, a Companhia reparcelou os débitos referente aos tributos de PIS/COFINS, das competências de 12/2017 até 04/2018, incluindo no parcelamento novos débitos das competências 12/2018 e 01/2019 sendo o saldo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 43.734 (R\$ 49.475 em dezembro de 2019), totalizando o montante de R\$ 56.807 (R\$ 60.130 em dezembro de 2019).

Refis Lei 11.941

Em 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento especial “Refis da Crise”, instituído pela Lei nº 11.941, referente a tributos de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL, das competências de 1997 a 2006, sendo o saldo em 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 27.302 (R\$ 29.392 em 2019).

Os demais parcelamentos perfazem o montante de R\$ 2.473 (R\$ 2.576 em dezembro de 2019).

19 Obrigações trabalhistas e previdenciárias – controladora e consolidado

	30/06/2020	31/12/2019
Provisões de férias e 13º salário	32.581	32.309
Provisões para participação nos lucros	3.247	32.164
Salários a pagar	7.691	16.108
Obrigações com pessoal a pagar	8	1.610
Contribuições a recolher	179	232
Pensão alimentícia	27	57
Obrigações trabalhistas	43.733	82.480
INSS a recolher	60.139	65.137
FGTS a recolher	3.636	2.736
INSS retido a recolher	409	675
Obrigações previdenciárias	64.184	68.548
Total de Obrigações	107.917	151.028

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2020 era R\$ 2.054.103.161 dividido em 2.054.103.161 ações ordinárias sem valor nominal, em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 523.131.250 dividido em 523.131.250 cotas.

Em 30 de junho de 2020 foi aprovado um aumento de capital social da Companhia via integralização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 1.530.971.911, mediante a emissão de 1.530.971.911, novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 totalmente integralizadas pela Grupo SBF S.A.

O controle acionário da SBF Comércio, está distribuído da seguinte forma em 30 de junho de 2020:

Acionista	2020		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	2.053.333.161	99,96%	522.361.250	99,85%
Store Engenharia e Instalações LTDA.	770.000	0,04%	770.000	0,15%
	2.054.103.161	100,00%	523.131.250	100%

b. Lucro por cotas - consolidado

A Companhia calcula o resultado básico por cotas mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de cotas ativas ordinárias em circulação para o período.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o período findo em 30 de junho de 2020 e 2019:

Numerário básico/diluído - Controladora	2020	2019
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(118.425)	4008.009
Média ponderada de ações	778.293	523.131
Resultado básico por cota - R\$	(0,15)	0,78

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do período e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva incentivos fiscais

A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foi concedido incentivos fiscais pelo governo local, que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 19.915 (R\$ 38.348 em 30 de junho de 2019). Devido a Companhia apresentar prejuízo em exercícios anteriores, a

reserva de incentivo fiscal não foi constituída, em 2019 houve a constituição do montante de R\$ 439.031, parte referente ao benefício gerado no exercício e o saldo remanescente para recompor os benefícios recebidos em anos anteriores. Devido ao prejuízo apurado no semestre, houve a reversão de reserva de R\$ 118.425.

Os recursos promovidos pelos incentivos fiscais não serão distribuídos como dividendos e serão incorporados às reservas a medida da geração de lucro tributável da Companhia.

21 Receita operacional líquida – controladora e consolidado

	30/06/2020			30/06/2019		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	937.063	446.166	1.383.229	1.327.155	948.686	2.275.841
Prestação de serviços	9.869	15	9.884	3.391	17	3.408
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(224.801)	(69.933)	(294.734)	(312.844)	(151.731)	(464.575)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	19.915	-	19.915	38.348	-	38.348
Prestação de serviços	(1.073)	(1)	(1.074)	(369)	(3)	(372)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(7.374)	(22.901)	(30.275)	(5.556)	(33.523)	(39.079)
Abatimento dos serviços	-	-	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	733.599	353.346	1.086.945	1.050.125	763.446	1.813.571

- (i) Veja nota explicativa 20.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

As vendas em atacado são destinadas a empresa Premier Distribuidora, se referem a operações de venda entre as Empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme nota explicativa nº 10.

Receita do mercado de varejo e e-commerce

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas) e e-commerce correspondente a seis meses está apresentada abaixo:

	30/06/2020	30/06/2019
Varejo (lojas físicas)	572.930	1.060.221
E-Commerce	364.133	266.934
Receita Bruta	937.063	1.327.155

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita líquida com venda de mercadorias, por região:

	30/06/2020	30/06/2019
Sudeste	644.742	799.823
Nordeste	110.369	228.951
Sul	90.213	151.522
Centro - Oeste	54.333	92.608
Norte	37.406	54.251
Receita bruta de vendas	937.063	1.327.155

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de re reconhecimento da receita
Venda de mercadorias	Os clientes obtêm controle quando as mercadorias são entregues e aceitas. As faturas são emitidas naquele momento. Venda de mercadorias no varejo: A Companhia opera com redes que possuem estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere a propriedade de um produto para o cliente que ocorre no mesmo momento do pagamento dos produtos em nossas lojas físicas. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. Venda de mercadorias através do e-commerce: A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador que ocorre na entrega dos produtos no destino escolhido pelo comprador. Os clientes possuem o direito de troca ou devolução de produtos. As mercadorias são trocadas somente por novas mercadorias. Em alguns casos que representam uma parcela extremamente reduzida em nossos negócios, ocorre a devolução do dinheiro ao cliente. A Companhia não possui nenhum programa de fidelidade que estabeleça descontos por acúmulo de pontos.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Nos casos de devolução e troca a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá Portanto, quando relevante, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos A Companhia reavalia sua expectativa de devolução na data base do balanço.
Prestação de serviços	A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG Logística e Transporte Ltda.. A prestação de serviços de transporte ocorre quando os CTEs - Conhecimento de Transporte Eletrônico são emitidos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida conforme os serviços são prestados sendo que a prestação, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. O preço de venda é individual, determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende serviços em transações separadas.

22 Custo das vendas – controladora e consolidado

	30/06/2020	30/06/2019
Custo da revenda de mercadorias	(421.977)	(533.272)
Custo da revenda - Atacado	(418.378)	(764.653)
Custo de fretes e logística	(8.986)	(10.950)
	<u>(849.341)</u>	<u>(1.308.875)</u>

Os custo das vendas para empresa Premier Distribuidora são separados na rubrica de “Custos de revenda – Atacado”, se referem operações de venda entre as Empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme nota explicativa nº 10.

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal	(124.398)	(143.947)	(124.398)	(143.947)
Utilidades e serviços	(53.838)	(42.055)	(53.838)	(42.055)
Depreciação de direito de uso	(54.787)	(58.264)	(54.787)	(58.264)
Promoções	(37.240)	(22.098)	(37.240)	(22.098)
Depreciação e amortização	(28.158)	(25.814)	(28.158)	(25.814)
Ocupação	(21.299)	(22.313)	(21.299)	(22.313)
(-) Descontos sobre ocupação	24.576	-	24.576	-
Taxa administrativa	(13.944)	(17.785)	(13.944)	(17.785)
Serviços de terceiros	(7.728)	(7.500)	(7.728)	(7.500)
Contingências	392	(757)	392	(757)
Outras despesas	(11.673)	(14.001)	(11.673)	(14.001)
Total das despesas com vendas	<u>(328.097)</u>	<u>(354.534)</u>	<u>(328.097)</u>	<u>(354.534)</u>

	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal	(19.817)	(34.271)	(19.817)	(34.271)
Utilidades e serviços	(13.364)	(10.392)	(13.366)	(10.411)
Depreciação e amortização	(19.089)	(18.463)	(19.089)	(18.463)
Serviços de terceiros	(11.725)	(11.463)	(11.816)	(11.598)
Depreciação de direito de uso	(7.559)	(3.117)	(7.559)	(3.117)
Ocupação	(740)	(42)	(740)	(42)
Promoções	(451)	(717)	(451)	(717)
Contingências	(90)	429	(90)	636
Outras despesas	(5.016)	(3.703)	(5.104)	(3.740)
Total das despesas administrativas e gerais	<u>(77.851)</u>	<u>(81.739)</u>	<u>(78.032)</u>	<u>(81.723)</u>

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Ajuste a valor presente (AVP)	12.165	12.980	12.165	12.980
Atualização monetária de impostos - nota explicativa 7	32.155	182.363	33.170	182.402
Atualização monetária de depósitos judiciais	23	-	1.353	-

Varição cambial ativa	5.692	1.302	5.692	1.302
Receitas de aplicações financeiras	3.407	2.708	3.505	2.709
Descontos obtidos	48	13	49	13
Juros e multas recebidos	3	-	3	-
Outras	1.241	834	1.252	2.444
Receitas financeiras	54.734	200.200	57.189	201.849
Juros sobre contencioso	(3.196)	(3.270)	(3.554)	(3.796)
Juros de arrendamento mercantil	(48.533)	(21.026)	(48.533)	(21.026)
Juros sobre empréstimos	(1.274)	(11.989)	(1.274)	(14.883)
Ajuste a valor presente (AVP)	(7.707)	(11.313)	(7.707)	(11.313)
Juros sobre desconto de duplicatas	(4.421)	(5.833)	(4.421)	(5.833)
Juros sobre atraso de impostos	(1.275)	(5.161)	(1.275)	(5.161)
Tarifas e taxas bancárias	(12.315)	(4.029)	(12.996)	(4.558)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(4.184)	(759)	(4.140)	(902)
Varição cambial passiva	(1.857)	(1.337)	(1.857)	(1.337)
Juros sobre pagamentos em atraso	(3.528)	(112)	(3.528)	(112)
Juros sobre contratos de mútuos	-	(223)	-	(223)
Outras despesas financeiras	(1.225)	(156)	(1.418)	(155)
Impostos sobre operações financeiras	(38)	(96)	(38)	(96)
Despesas financeiras	(89.553)	(65.304)	(90.741)	(69.395)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas reconhecidas no resultado	(34.819)	134.896	(33.552)	132.454

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. No período encerrado em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras.

O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, responsáveis por 97,04% dos recebíveis no balanço da Companhia. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras - Circulante	1.285.990	83.968	1.285.990	83.968
Contas a receber	1.490.319	1.849.506	1.488.844	1.847.052
Outras contas a receber	24.857	12.988	28.355	17.094
Aplicações financeiras - Não circulante	536	536	536	536
	<u>2.801.702</u>	<u>1.946.998</u>	<u>2.803.725</u>	<u>1.948.650</u>

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Devido a pandemia do Covid-19 a companhia adotou a estratégia de antecipar os recebíveis para aumentar sua liquidez adotando uma postura conservadora diante as incertezas do cenário econômico mundial.

Como principal estratégia, a Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. No primeiro trimestre de 2020 a companhia antecipou grande parte destes recebíveis como método de precaução ao cenário econômico, em 30 de junho de 2020 a Companhia tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto as administradoras de cartão de crédito nos valores de R\$ 500.729 (R\$ 10.905 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 30 de junho de 2020, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$100.703 (R\$ 338.682 em dezembro de 2019).

Índice de endividamento - consolidado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Obrigações a curto prazo	(1.924.109)	(2.199.938)	(1.931.203)	(2.209.574)
Caixas e equivalentes	1.289.460	104.929	1.289.497	104.945
Contas a receber	1.490.319	1.849.506	1.488.844	1.847.052
	<u>855.670</u>	<u>(245.503)</u>	<u>847.138</u>	<u>(257.577)</u>
Patrimônio líquido	2.399.964	987.417	2.399.964	9.787.417
Índice de endividamento líquido	36%	-25%	35%	-26%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

A Companhia apresentava em 30 de junho de 2020, capital circulante líquido consolidado positivo de R\$ 1.608.569 (R\$ 802.759 em 31 de dezembro de 2019), ou seja, uma variação positiva de R\$ 805.810.

No período de 30 de junho de 2020 a Companhia apresentou prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social consolidado de R\$ 190.870 (lucro de R\$ 603.418 no mesmo período de 2019).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas a vista por meio de venda da carteira de recebíveis.

Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos devido a nossa relevância para os fornecedores.

Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do período para quitar as compras feitas no período anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maioria dos empréstimos e financiamentos estão no longo prazo, sendo que apenas 18,8% serão liquidados com prazo nos próximos 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,43% a.a..

30 de junho de 2020 - consolidado	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	364.921	364.921	211.319	153.602	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	372.230	421.349	3.846	66.085	181.921	169.497	-
Impostos parcelados	166.980	166.980	9.946	45.390	22.553	78.620	10.471
Arrendamentos a pagar	1.161.752	1.161.752	14.715	83.867	231.711	241.762	589.697
Outras contas a pagar	63.768	63.768	63.768	-	-	-	-
	2.129.651	2.178.770	303.594	348.944	436.185	489.879	600.168
31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	653.082	653.082	639.343	13.739	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	34.589	35.584	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Impostos parcelados	185.385	185.385	10.290	44.710	42.448	75.633	12.304
Arrendamentos a pagar	1.144.953	1.144.953	11.884	77.822	104.568	347.890	602.389
Outras contas a pagar	32.438	32.438	32.438	-	-	-	-
	2.050.447	2.051.442	715.825	141.658	151.171	427.492	614.896

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia.

As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	1.289.460	104.929	1.289.497	104.945
Aplicações financeiras - não circulantes	536	536	536	536
Empréstimos e financiamentos	(372.230)	(34.589)	(372.230)	(34.589)
	<u>917.766</u>	<u>70.876</u>	<u>917.803</u>	<u>70.892</u>

Análise de sensibilidade

Taxa de juros

O risco da companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. Em 30 de junho de 2020 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (2,25%) acrescido de 3%, os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível	Remoto	Possível	Remoto
			(+)	(+)	(-)	(-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	2020	Provável	1.286.497	67.543	84.429	101.315
Empréstimos e financiamentos			(372.230)	(19.542)	50.657	33.772
			(24.428)	(29.313)	(14.657)	(9.771)

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa 17.

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Mensurados pelo custo amortizado				
Caixas e equivalentes de caixa	3.507	3.507	20.977	20.977
Aplicações financeiras	1.286.526	1.286.526	84.504	84.504
Contas a receber	1.488.844	1.488.844	1.847.052	1.847.052
Outras contas a receber	28.355	28.355	17.094	17.094
	2.807.232	2.807.232	1.969.627	1.969.627
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	372.230	372.230	34.589	34.589
Arrendamentos	1.161.752	1.161.752	1.144.953	1.144.953
Fornecedores	1.525.918	1.525.918	1.781.799	1.781.799
Parcelamentos tributários	166.980	166.980	185.385	185.385
	3.226.880	3.226.880	3.146.726	3.146.726

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Ativo	30/06/2020	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	3.507	3.507	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1.285.990	-	1.285.990
Aplicações financeiras	536	-	536
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.230	-	372.230
Ativo	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	20.977	20.977	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	83.968	-	83.968
Aplicações financeiras	536	-	536

Passivos

Empréstimos e financiamentos	34.589	-	34.589
------------------------------	--------	---	--------

Análise de sensibilidade das premissas

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente 97,04% do recebíveis da Companhia é cartão de crédito.

26 Eventos Subsequentes

a. COVID-19

No final do primeiro trimestre de 2020, a sociedade brasileira foi impactada pela crise mundial causada pelo COVID-19, inclusive com fechamentos de shopping centers pelo país. A grande maioria de nossas lojas se encontra em shoppings, por este motivo este cenário acarretou um impacto em nossas vendas, que ainda não pode ser estimado de maneira confiável. Nosso canal online, pode absorver parte da demanda das lojas físicas, além disso, nossa baixa dívida bancária e nossa posição de caixa mais recebíveis disponíveis para antecipação nos deixa em uma posição de liquidez favorável para enfrentar essa crise.

Continuidade dos negócios

Devido a pandemia mundial da Covid-19 a Companhia adotou medidas para ter o menor impacto possível diante do cenário econômico e foram criados comitês internos com análises de diversos pontos visando as melhores tomadas de decisão. Com base nestas análises, a Companhia vem adotando as seguintes medidas em relação a pandemia COVID-19:

- **Reabertura gradual de lojas físicas:** A partir do dia 25 de abril de 2020, iniciamos a reabertura gradual de lojas em algumas unidades pontuais da Centauro. As decisões para as retomadas são analisadas individualmente, de acordo com a liberação instituída pela legislação local e seguindo critérios técnicos sobre a extensão da pandemia em cada município e com aplicações de procedimentos e recomendações para garantir a segurança das pessoas e do negócio. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, todas as lojas foram reabertas.
- **Renegociação de contratos de aluguéis:** a Companhia iniciou no mês de abril de 2020 uma frente de renegociação de contratos de aluguel de suas lojas físicas.
- **Contenção de despesas com pessoal:** No dia 13 de abril de 2020, após realizar um capacity planning para os meses seguintes, conforme autorizada pela Medida Provisória (MP) 936/2020, a Companhia adotou a redução de jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores e suspendeu o contrato de outros colaboradores.

b. Financiamentos estratégicos

Em 29 de junho de 2020, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento A Companhia contratou com instituição financeira a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R\$230.000.000,00. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 230.000 debêntures em 06 de julho de 2020, no valor unitário de R\$1.000,00, com prazo de vencimento total de quatro anos, pagamento anual do principal a partir do 24º mês, e pagamento semestral de remuneração considerando a taxa de DI + spread.

c. Abertura de lojas

Desde 30 de junho 2020, foi inaugurada 1 loja, sendo localizada na Avenida Paulista e por decisões estratégicas, foram fechadas 3 lojas.

d. Decisões judiciais

Em 21 de agosto de 2020, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, houve o encerramento do julgamento virtual do RE 946.648/SC, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados. No entanto, a análise final do caso depende da confirmação dos exatos termos do julgamento que ocorrerá somente com a publicação do respectivo acórdão. Independente do julgamento desfavorável ao contribuinte, imprescindível destacar que a decisão ainda é passível de revisão através de recurso e com chances de terem seus efeitos modulados. Dessa forma, a Companhia com base nos assessores jurídicos, mantém o prognóstico de perda possível, aguardando a publicação do do acórdão.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Cristiane Silva
CRC 1SP 266056/O-4

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente Diretor Administrativo e Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Claudio de Assis Abreu - Diretor Comercial

Gustavo de Lima Furtado – Diretor de Clientes

Olivia Gryscek - Diretor de Gente e Gestão

Thiago Rebelo - Diretor de Operações

Marcel de Araújo Viana – Diretor de Inovação e Tecnologia

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

PEDRO DE SOUZA ZEMEL, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 20.026.618-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) sob o nº 309.555.478-81, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, com escritório na cidade e estado de São Paulo, na Rua Hugo D’Antola 200, bloco A, Lapa, CEP 05.038-090 e **JOSÉLUÍS MAGALHÃES SALAZAR**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 60.453.560, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 902.518.577-00, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, com escritório na cidade e estado de São Paulo, na Rua Hugo D’Antola 200, bloco A, Lapa, CEP 05.038-090, doravante denominados simplesmente “Declarantes”, respectivamente, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Hugo D’Antola 200, bloco A, Lapa, CEP 05.038-090, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob nº 06.347.409/0001-65, doravante denominada “Companhia”, declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”) que: **(i)** reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e **(ii)** reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 27 de outubro de 2020.

[Página de Assinatura da Declaração da Diretoria nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, para fins de registro de companhia aberta da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.]

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Zemel', is positioned above a horizontal line.

PEDRO DE SOUZA ZEMEL
Diretor Presidente

[Página de Assinatura da Declaração da Diretoria nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, para fins de registro de companhia aberta da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.]

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.



JOSÉ LUÍS MAGALHÃES SALAZAR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores